


Encontros Bibli


DECOLONIZANDO SABERES EM BIBLIOTECAS: AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS COMO TERRITÓRIOS DE MEDIAÇÃO DECOLONIAL

Decolonizing Knowledge in Libraries: public libraries as territories of decolonial mediation


Anna Caroline Corrêa Mendes


Universidade Federal do Maranhão,
Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade,
São Luís, Brasil.
anna.mendes@ufma.br
<https://orcid.org/0000-0002-2365-4168> 

Maurício José Morais Costa

Universidade Federal da Paraíba,
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação,
João Pessoa, Brasil.
mauriciojosemoraes@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0759-9285> 

Kláutenys Dellene Guedes Cutrim

Universidade Federal do Maranhão,
Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade,
São Luís, Brasil.
kdguedes@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8668-4188> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Objetivo: Discutir, a partir de uma perspectiva teórico-discursiva, as interseções entre a Decolonialidade e as dinâmicas das bibliotecas públicas, analisando como suas práticas de mediação da informação podem fortalecer bases de resistência, promover saberes e consolidar epistemologias decoloniais em um contexto transdisciplinaridade.

Método: Discorre sobre a decolonialidade a partir da visão de autores decoloniais, aborda as bibliotecas públicas, explicando missão, objetivos e conceitos, bem como evidencia a mediação da informação como via para o protagonismo social de grupos historicamente subalternizados, por meio um estudo de natureza básica, com fins descritivos e abordagem qualitativa, cujas técnicas de pesquisa e fontes de apoio adotadas foi a pesquisa bibliográfica.

Resultado: Aborda a decolonialidade nas bibliotecas públicas, relacionando estudos decoloniais e biblioteconômicos. A pesquisa se apoia em autores como Aimé Césaire (2020), Lélia Gonzalez (2020), Ailton Krenak (2019) e Grada Kilomba (2019), além de estudiosos da Biblioteconomia e Mediação da Informação como Franciéle Garcês (2020), Francilene Cardoso (2015), Almeida Júnior (2015), Gomes (2019), Rabello e Almeida Júnior (2020).

Conclusões: As bibliotecas públicas, ainda marcadas pela colonialidade do saber, precisam romper com hierarquias epistêmicas e assumir um papel ativo na promoção da justiça cognitiva. A ausência de autores negros e indígenas, a predominância eurocêntrica e a falta de políticas inclusivas perpetuam desigualdades. A incorporação de acervos plurais, tradição oral e performances culturais amplia a mediação da informação. Assim, a decolonialidade na biblioteconomia deve ser mais que discurso, tornando-se um compromisso real com epistemologias diversas e transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: Decolonialidade na Biblioteconomia. Decolonialidade na Ciência da Informação. Bibliotecas públicas decoloniais. Decolonização de saberes em bibliotecas públicas.

ABSTRACT

Objective: To discuss, from a theoretical-discursive perspective, the intersections between Decoloniality and the dynamics of public libraries, analyzing how their information mediation practices can strengthen bases of resistance, promote knowledge, and consolidate decolonial epistemologies in a transdisciplinary context.

Method: This study explores decoloniality through the lens of decolonial authors, examines public libraries by explaining their mission, objectives, and concepts, and highlights information mediation as a means of fostering social protagonism for historically subalternized groups. It is a basic, descriptive, and qualitative study that employs bibliographic research as its primary method and data source.

Results: The study addresses decoloniality within public libraries, relating decolonial and library science studies. It is supported by authors such as Aimé Césaire (2020), Léila Gonzalez (2020), Ailton Krenak (2019), and Grada Kilomba (2019), along with researchers in Library Science and Information Mediation, including Franciéle Garcês (2020), Francilene Cardoso (2015), Almeida Júnior (2015), Gomes (2019), and Rabello & Almeida Júnior (2020).

Conclusions: Public libraries, still shaped by the coloniality of knowledge, must break with epistemic hierarchies and take an active role in promoting cognitive justice. The absence of Black and Indigenous authors, Eurocentric dominance, and the lack of inclusive policies perpetuate inequalities. The incorporation of plural collections, oral traditions, and cultural performances enhances information mediation. Thus, decoloniality in Library Science must go beyond discourse and become a concrete commitment to diverse epistemologies and social transformation.

KEYWORDS: Decoloniality in Library Science. Decoloniality in Information Science. Decolonial public libraries. Decolonization of knowledge in public libraries.

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca pública é uma instituição social e cultural que, por meio de suas atividades, possibilita o compartilhamento de diversos tipos de conhecimento, desde o científico até o local. A quebra da hegemonia dos saberes enfrenta um novo paradigma que reconhece a urgência de conscientizar sobre a pluralidade epistemológica. A discussão decolonial em espaços como as bibliotecas torna-se cada vez mais relevante na luta pela transformação de distintas estruturas de poder e das colonialidades que marcam as relações sociais, políticas e culturais, incluindo a construção e o fortalecimento da identidade, tanto individual quanto comunitária. A biblioteca pública desempenha um papel fundamental na preservação, disseminação e acesso à informação. Por se tratar de uma instituição social, a biblioteca pública baseia-se na igualdade de acesso para todos, independentemente de idade, etnia, sexo, religião, nacionalidade, idioma, condição social e qualquer outra característica para prestar seus serviços (IFLA, 2022).

Na assertiva da função da biblioteca pública, percebe-se a oportunidade de aprofundar uma abordagem dentro destes espaços que reconheça a diversidade, a multiplicidade de saberes e de culturas, não de modo meramente inclusivo, mas sob uma perspectiva concreta de desvinculação de amarras dominadoras, que silenciam e excluem continuamente muitos indivíduos. Este processo de (re)pensar modos de ser e existir pode ser denominado de decolonialidade, ou, como acentuam Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 21), "[...] é o reconhecimento de múltiplas e heterogêneas diferenças coloniais, assim como as múltiplas e heterogêneas reações das populações e dos sujeitos

subalternizados à colonialidade do poder." A decolonialidade reflete sobre a dominação colonial nas margens e constitui uma "luta contínua contra as colonialidades impostas aos grupos subalternos" (Oliveira; Lucini, 2021, p. 2). Além disso, critica o modelo moderno ao reconhecer as resistências dos povos subalternizados à colonialidade do poder (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016).

Dessa forma, a decolonialidade não se limita a denunciar as injustiças históricas, mas impulsiona uma reavaliação das estruturas de poder, abrindo caminho para transformações profundas nos espaços sociais e culturais. A discussão sobre a decolonialidade tem ganhado notoriedade dentro dos variados âmbitos sociais, seja nas universidades, nas instituições sociais como bibliotecas (Baptista, 2023; Garcez, 2022), nas artes ou nas áreas médicas, essa abertura para pensar uma outra forma de viver, de existir e de resistir, tem sido evidenciado com mais afinco. Não obstante, essa abertura ainda é disposta com muitas ressalvas, visto que o processo de permanência do poder colonial ainda atua efetivamente na atualidade.

As bibliotecas públicas ao cumprirem sua função social, educativa e cultural, perpassam por reconhecimentos e posicionamentos necessários a esse novo paradigma que se estabeleceu na sociedade e como ele tem sido discutido no campo da Ciência da Informação. Nesse sentido, Righetto e Karpinski (2021, tradução nossa) afirmam que a epistemologia social segue contribuindo significativamente para a Ciência da Informação (CI), oferecendo fundamentos para analisar as influências sociais nos aspectos epistêmicos. Nesse contexto, ao examinar os pressupostos dessa perspectiva em conjunto com os estudos decoloniais, os autores propõem uma aproximação entre os dois campos, com o intuito de construir uma epistemologia social decolonial.

A Epistemologia Decolonial na Ciência da Informação questiona a hegemonia eurocêntrica presente na produção e circulação do conhecimento, propondo novas formas de interpretar a informação e sua mediação social. Righetto e Karpinski (2021, p. 2) apontam que a Ciência da Informação, como campo pós-moderno, deve superar modelos dominantes e incorporar fenômenos complexos, incluindo perspectivas que considerem a diversidade epistêmica dos povos historicamente marginalizados. A proposta de uma epistemologia social decolonial visa a construção de um campo epistêmico democrático, que valorize diferentes sujeitos do conhecimento e suas formas de produção informacional. Para isso, é fundamental superar a colonialidade do saber, que impõe um modelo universal de ciência e desconsidera saberes periféricos e tradicionais (Bamberg *et al.*, 2022). Dessa forma, a CI pode desempenhar um papel estratégico na descolonização do conhecimento,

promovendo o reconhecimento de epistemologias locais e garantindo um fluxo informacional mais equitativo.

Nesses termos, cabe destacar a relação entre Epistemologia Decolonial e os grupos subalternizados do Sul Global, uma vez que se tensiona a realidade das bibliotecas públicas no contexto brasileiro, está intrinsecamente ligada à colonialidade do poder e do saber, que hierarquiza os conhecimentos e invisibiliza epistemologias não ocidentais. Fernandes (2023) destaca que as epistemologias decoloniais emergem como forma de resistência ao racismo epistêmico, que historicamente excluiu saberes indígenas, africanos e afrodescendentes da estrutura de ensino e pesquisa.

No contexto informacional, essa exclusão reflete na organização, classificação e disseminação do conhecimento, priorizando paradigmas científicos eurocentrados e limitando o acesso a narrativas alternativas. O fluxo informacional, portanto, sofre influência direta desse processo, pois a marginalização de determinados saberes restringe a diversidade de perspectivas disponíveis nos espaços de mediação da informação (Bamberg *et al.*, 2022). Sendo assim, enxerga-se a Epistemologia Decolonial como caminho para romper com essas barreiras, promovendo um fluxo mais diverso e representativo da multiplicidade de conhecimentos existentes, ou seja, o que direciona a própria atuação das bibliotecas públicas.

O processo decolonial surge como um enfrentamento ao colonialismo, que estabeleceu um sistema de repressão e de valoração eurocentrado, marginalizando sujeitos que ao representar diferenças, representa objeção. Levar essa discussão para dentro das bibliotecas públicas, demonstra uma (re)construção de um olhar necessário para se pensar em novas formas de atuar na sociedade. Dessa forma, o estudo tem como problema: Como as bibliotecas públicas, a partir de uma abordagem decolonial, podem redefinir suas práticas de mediação da informação para fortalecer perspectivas decoloniais e consolidar-se como espaços de produção e circulação de saberes contra-hegemônicos?

Nesses termos, o estudo tem por objetivo geral discutir, a partir de uma perspectiva teórico-discursiva, as interseções entre a Decolonialidade e as dinâmicas das bibliotecas públicas, analisando como suas práticas de mediação da informação podem fortalecer bases de resistência, promover saberes e consolidar epistemologias decoloniais em um contexto transdisciplinaridade.

Alude-se a transdisciplinaridade justamente por concordar com a suspensão de métodos e disciplinas na perspectiva decolonial como uma atitude essencial nesse projeto. Adicionalmente, destaca-se que as disciplinas acadêmicas ocidentais historicamente

refletem e reforçam hierarquias epistêmicas coloniais. Ao adotar uma abordagem que integra diferentes áreas do conhecimento e valoriza perspectivas oriundas de povos historicamente marginalizados, a transdisciplinaridade decolonial questiona o racismo epistêmico e a exclusão de saberes não ocidentais. Dessa forma, promove-se a descolonização do conhecimento ao permitir o reconhecimento e a valorização de epistemologias plurais, rompendo com a imposição de uma única racionalidade científica como universal e legítima (Maldonado-Torres, 2016).

Para tanto, este texto suneia-se no intento de debater as dinâmicas históricas e sociais da colonialidade e da decolonialidade, analisando seus impactos na construção do conhecimento e nas práticas informacionais. A partir disso, fundamenta a reflexão sobre o papel das bibliotecas públicas nesse contexto e propõe estratégias para repensar e transformar a mediação da informação, consolidando-as como espaços de resistência e promoção de epistemologias decoloniais.

Nessa direção, o percurso metodológico explicita um estudo de natureza básica, com fins descritivos e abordagem qualitativa, cujas técnicas de pesquisa e fontes de apoio adotadas foi a pesquisa bibliográfica (Hernández Sampieri; Fernández Collado; Baptista Lucio, 2013). Para tanto, este estudo dialoga com autores decoloniais como Aimé Césaire (2020), Lélia Gonzalez (2020), Ailton Krenak (2019), Grada Kilomba (2019), Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2023), Maldonado-Torres (2016), dentre outros, a fim de situar inferências sobre a decolonialidade e a colonialidade. Assim como dá espaço para autores e autoras do campo da Biblioteconomia e CI que abordam a decolonialidade, tais como: Franciéle Garcês da Silva (2020), Francilene Cardoso (2015), Rabello e Almeida Júnior (2021), com o intuito de prospectar possibilidades decolonizadoras a serem trabalhadas em instituições como as bibliotecas públicas.

Organizado em cinco seções, o estudo inicia com uma discussão sobre a colonialidade e a decolonialidade, oferecendo um panorama social e histórico essencial para compreender os desafios e possibilidades da decolonização no campo da Ciência da Informação. Em seguida, aborda-se a biblioteca pública e sua função social, destacando o papel da mediação da informação na promoção do protagonismo de grupos historicamente marginalizados. A seção seguinte aprofunda a relação entre decolonialidade e bibliotecas públicas, analisando estratégias para a desconstrução de práticas coloniais e a construção de espaços que valorizem epistemologias plurais. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados do estudo, reforçando a necessidade de repensar o papel

das bibliotecas públicas na promoção da justiça cognitiva e na construção de uma sociedade mais equitativa e diversa.

2 SOBRE A COLONIALIDADE E A DECOLONIALIDADE: BREVES APONTAMENTOS SOCIAIS

Compreender a decolonialidade a partir de uma perspectiva crítica sobre o modelo moderno-colonial exige, antes, a compreensão da própria colonialidade. Segundo Quijano (2005), a colonialidade representa a continuidade das estruturas de poder impostas pelo colonialismo. Enquanto o colonialismo se baseia na dominação social, política e cultural, a colonialidade perpetua essas hierarquias nas relações sociais, naturalizando desigualdades. Nesse sentido, a colonialidade não é apenas um resquício do passado, mas a manutenção de um sistema de opressão que silenciou e apagou diversas formas de existência.

Mignolo (2016) estabelece a relação intrínseca entre colonialidade e modernidade, ressaltando que uma não existe sem a outra. A modernidade, apresentada como um projeto civilizatório ocidental, oculta, em sua narrativa, seu lado mais sombrio: a colonialidade. “Assim, ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis” (Mignolo, 2016, p. 4).

O pensamento de fronteira, por sua vez, surge como uma resposta das epistemologias subalternizadas à modernidade eurocentrada. Negado pelas forças dominantes, esse pensamento resiste e se fortalece como um saber que ressignifica os processos históricos de opressão. Ao desafiar as formas hegemônicas de conhecimento, ele propõe uma racionalidade que rompe com a centralidade eurocêntrica, abrindo caminho para novas possibilidades epistêmicas (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016).

A ideia de rompimento com os pensamentos e narrativas hegemônicas pode ser associada ao discurso de Aimé Césaire (2020), que denuncia como a imposição de uma única perspectiva levou a humanidade a um monólogo violento e excludente. Defensor da liberdade, Césaire (2020) expõe a contradição do colonialismo ao evidenciar que, sob a retórica imperialista de levar “civilização”, emergem os instintos mais primitivos para justificar a dominação. A violência contra o outro – sua língua, religião e cultura – resultou no extermínio de saberes em favor de um único conhecimento imposto como universal.

Mas eu falo de economias naturais, economias harmoniosas e viáveis, economias na medida do homem indígena que foram desorganizadas, culturas alimentares destruídas, subnutrição instalada, desenvolvimento agrícola orientado para o benefício único das metrópoles, roubo de produtos, roubo de matérias-primas (Césaire, 2020, p. 25).

O paradoxo da civilização tratado por Césaire (2020) também é objeto de estudo do ambientalista e filósofo Ailton Krenak, que entende o conceito de humanidade e de civilização como tópicos totalmente diferentes. A construção da ideia de humanidade baseada em uma única visão de mundo sustenta apenas a aparência de uma civilização. Nessa concepção distópica, a civilização se estabelece por uma divisão arbitrária: de um lado, aqueles que detêm o poder de orientar, falar e indicar; do outro, os “não civilizados”, que são colocados na posição de quem deve aprender, ser conduzido e orientado (Krenak, 2019).

Portanto, Krenak (2019) discute a falsa ideia, enraizada na civilização, de que todos fazem parte de uma mesma humanidade; a utopia de uma humanidade “conjunta” é extremamente perigosa e hipócrita. Ao afirmar a unicidade da humanidade, nega-se as outras cosmovisões, outros modos de vidas e existências. O autor coloca em voga que existe uma “sub-humanidade” com a qual ninguém se importa de fato.

Dos povos indígenas e dos quilombolas, por exemplo, espera-se que se desfaçam dos seus saberes para serem aceitos por esta modernidade civilizatória. No entanto, o caminho é o inverso, é necessário reconhecer as diferenças, as diversidades e respeitá-las, valorizando as múltiplas visões de mundo (Krenak, 2019).

Infelizmente, o colonialismo deixou um legado difícil de ser superado. Quando as opressões não se fazem apenas fisicamente, diretamente nos corpos desses povos, as outras instâncias também se fragmentam e se dilaceram continuamente. Como elucidado por Césaire (2020, p. 24) “[...] eu falo de sociedades esvaziadas de si mesmas, culturas pisoteadas, instituições solapadas, terras confiscadas, religiões assassinadas, magnificências artísticas destruídas, possibilidades extraordinárias suprimidas”.

Diante do capitalismo e do avanço da modernidade, Krenak (2019) confirma que a ameaça do fim dos tempos já é uma realidade em curso, especialmente para os povos indígenas. Esses povos têm testemunhado o fim de seus mundos há séculos, mas continuam resistindo. Nessa mesma linha de pensamento, Césaire (2020, p. 26) também expressa esperança ao afirmar: “Meu único consolo é que as colonizações passam, que as nações dormem apenas por um tempo e que os povos permanecem”.

A resistência apontada por esses autores pode ser compreendida, nessa perspectiva, como decolonialidade. A decolonialidade é considerada um caminho para resistir e desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos subalternizados ao longo dos anos, sendo, por sua vez, uma crítica direta à modernidade.

O pensamento decolonial orienta-se por uma perspectiva libertária dos povos invisibilizados, buscando o reconhecimento da interculturalidade como um processo contínuo de interação, troca e transformação entre culturas, especialmente na resistência aos impactos coloniais e globais. Nesse sentido, Cardona *et al.* (2023, tradução nossa) explicam que a perspectiva intercultural fundamenta um projeto, um processo e uma oportunidade de refletir sobre formas de ser e de se relacionar de “outras” maneiras, pautadas na vida, na dignidade e na justiça social. Assim, a relação entre interculturalidade e decolonialidade torna-se evidente, pois, como destaca Greggensen (2023), essa discussão não pode ser conduzida de forma isolada.

A decolonialidade não deve ser reduzida a um modelo teórico, mas compreendida como uma prática concreta de intervenção nos espaços sociais. Mais do que um referencial acadêmico, trata-se de um programa que abre múltiplas possibilidades de ação, desafiando estruturas hegemônicas por meio da valorização de saberes historicamente marginalizados. Nessa perspectiva, Grada Kilomba (2019) questiona a ciência eurocêntrica ao evidenciar o não reconhecimento dos saberes que emergem das vivências, experiências e sentimentos. O conhecimento não pode estar subordinado a um único modelo epistêmico; é urgente desarticular o epistemicídio e reivindicar outras formas de produzir e legitimar saberes.

Somando-se a esse pensamento, Gonzalez (2020) evidencia que, por meio dos meios de comunicação de massa e dos aparatos ideológicos tradicionais, é reproduzida e perpetuada a crença de que os saberes e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Como herança do colonialismo, a sociedade herdou o racismo. A desvalorização e a ridicularização de uma raça em detrimento de outra constrói um discurso de superioridade racial que se atualiza diariamente.

Grada Kilomba (2019), ao abordar o racismo cotidiano, reforça a recorrência de episódios diários que nunca se desconectam com o processo colonial, reafirmando a essas pessoas traumas que servem como lembretes da sua subalternização. O colonialismo, a modernidade e o capitalismo, perpetuam o uso da máscara de silenciamento utilizada como tortura para os povos negros. A utilização deste arquétipo utilizado para silenciar pessoas negras, segue como metáfora na atualidade; a máscara do silêncio remete que quando as

peças negras falam, os brancos não querem ouvir, não querem admitir os privilégios, acreditando na conturbada ideia de meritocracia (Kilomba, 2019).

Ainda nessa abordagem sobre racismo, González (2020, p. 130) afirma que “[...] o racismo latino-americano é sofisticado o suficiente para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados dentro das classes mais exploradas graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento.” O pensamento decolonial deve então se desprender da lógica da modernidade capitalista, onde um único pensamento, uma única ideologia é aceitável. Trata-se de uma busca pelo direito à diferença e a uma abertura para um pensamento-outro.

A partir dessa discussão sobre colonialidade e decolonialidade sob diferentes perspectivas, torna-se evidente a necessidade de inserir esse debate em todos os âmbitos sociais. Mais do que apresentar uma teoria, é urgente levá-lo aos mais diversos espaços com o propósito de viabilizar ações concretas que contemplem a diversidade de saberes e vidas sistematicamente silenciadas ao longo dos séculos.

Como instituição fomentadora de práticas sociais, a biblioteca pública se destaca como um espaço fundamental para evidenciar, disseminar e preservar conhecimentos. A discussão decolonial nesse contexto ganha relevância por abrir caminhos para a superação da colonialidade imposta historicamente, ampliando vozes e perspectivas até então marginalizadas. A seguir, são apresentadas as especificidades da biblioteca pública e sua relação com a mediação da informação para o protagonismo social nesse processo.

3 A BIBLIOTECA PÚBLICA E A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA O PROTAGONISMO SOCIAL

A biblioteca pública é uma instituição social mediadora, principalmente por desenvolver relações que perpassam pela construção social, cultural, política e educacional dos indivíduos. Em suas ações, compartilha um legado histórico e cultural, marcando uma construção identitária coletiva e social. O surgimento da biblioteca pública é datado nos Estados Unidos e na Inglaterra, na segunda metade do século XIX. A intenção primária foi de atender a uma demanda popular que clamava por um suporte com viés educativo, que acolhesse os trabalhadores que já estavam fora do ensino formal. Desta forma, “[...] o surgimento da biblioteca pública [foi] propiciado tanto pelas reivindicações provenientes da população, como também pela necessidade de formação de mão-de-obra especializada oriunda do capitalismo crescente” (Almeida Júnior, 1997, p. 21).



Assim, diante das demandas capitalistas, mesmo nascida de uma vontade popular, a biblioteca pública atendeu às exigências das classes dominantes, sem representatividade social popular, atrelou-se à preservação dos valores sociais vigentes. Nesse sentido, pontua-se que “A biblioteca pública surge no bojo de reivindicações por parte da população, mas encontrando apreensões e receios do lado das classes privilegiadas” (Almeida Junior, 1997, p. 21).

Diante disso, observa-se que embora intencionada a favorecer o acesso aos registros do conhecimento – fato este que poderia representar uma ruptura da dominação e subalternização de conhecimentos –, a biblioteca não se distancia da marca colonial deixada. Por isso a importância de voltar a atenção para estas instituições que muito têm a contribuir, principalmente no questionamento dos pressupostos que consubstanciam a existência e as práticas de tais instituições, que historicamente determinam as relações dos indivíduos com a informação e o conhecimento.

Nesse contexto, Ferreira (2021) expõe a necessidade do resgate da participação popular nesta instituição; há uma necessidade urgente em estender as ações da biblioteca a todas as classes sociais, para assim cumprir a sua função social. Grupos antes esquecidos, como negros, mulheres e indígenas, devem ser assumidos pela responsabilidade que tal instituição carrega. No entanto, apesar do esforço para cumprir seus objetivos e missões, “[...] as bibliotecas públicas continuam excluindo os analfabetos, a grande parte das pessoas com deficiência, os favelados ou ainda, aquelas pessoas que moram em zonas pouco acessíveis” (Ferreira, 2021, p. 59).

Muitos desafios afetam a biblioteca pública e comprometem o seu desenvolvimento institucional, cultural, social e educativo. Enquanto aparelho social, os marcadores capitalistas não se excluem desses espaços. Como bem pontuado por Almeida Júnior (1997, p. 23):

Faz parte da essência da biblioteca a ambiguidade, a contradição. Mantida pelo Estado, preserva e reproduz as condições sociais que mantêm determinadas classes no poder. Por necessidades informacionais. A contradição do cerne de seus objetivos, antagonizando discurso e prática, empurra a biblioteca pública para um interminável precipício, mantendo-a, como a música de Caetano Veloso, “no ar, antes de mergulhar”.

Pensar a biblioteca pública como uma instância antagônica à exclusão social capitalista exige uma revisão crítica de seu papel e de suas práticas. Ela deve se posicionar como um espaço de resistência, capaz de promover o acesso equitativo ao conhecimento

e questionar as estruturas de poder que marginalizam grupos sociais. Para isso, é necessário que a biblioteca pública se comprometa com uma agenda de inclusão social, valorizando saberes diversos e criando oportunidades para que todos os indivíduos possam exercer plenamente seus direitos culturais e educativos. Essa transformação é fundamental para que a biblioteca pública se afaste do “precipício” mencionado por Almeida Júnior (1997) e se torne um verdadeiro instrumento de justiça social.

Nesse sentido, coloca-se em evidência como as bibliotecas públicas mostram-se como territórios de representatividade para grupos socialmente excluídos e minorizados. Outrossim, é pertinente pontuar que a representatividade pode ser compreendida sob diferentes perspectivas, variando conforme os campos de conhecimento e os contextos sociais nos quais se insere. No campo político e social, a representatividade está diretamente relacionada à capacidade de determinados grupos sociais de se fazerem ouvir e participarem ativamente das decisões que afetam suas realidades. Dess (2022) ressalta que, no Brasil, esse conceito envolve tanto a representação estética - trata-se da presença material e simbólica de grupos historicamente excluídos em espaços de poder e expressão cultural, garantindo que suas narrativas sejam contadas por aqueles que vivenciam essas realidades – quanto a representação política e social, sendo um fenômeno que busca conferir visibilidade e legitimidade a grupos historicamente marginalizados.

No contexto da participação democrática, a representatividade também é vista como um processo de efetivação dos direitos de grupos específicos, garantindo que suas vozes sejam legitimadas em espaços institucionais e sociais (Miguel; Schlösser; Beiras, 2020). Segundo Augusto e Medeiros (2021), a representatividade se manifesta na capacidade de um representante expressar as demandas coletivas de um grupo, tornando públicas suas opiniões e interesses, sem se limitar a uma visão individualista. Essa concepção está diretamente vinculada à noção de gestão democrática e participação social, reforçando que a representatividade não pode existir sem o envolvimento ativo da comunidade representada.

A participação popular, por meio da representatividade, é uma forma de desconstruir e implementar ações que permitam à biblioteca pública cumprir sua função. Ao passo que sua importância reside na possibilidade de superação das desigualdades estruturais, garantindo que minorias políticas possam ocupar espaços de decisão e visibilidade, promovendo uma maior equidade dentro do tecido social, pois como sinalizado por Tanus e Souza (2022), essa ausência impacta diretamente nas ações de mediação das bibliotecas – não uso do acervo – junto à essas minorias, as quais não se verão

contempladas e incluídas nesses espaços. No contexto das bibliotecas públicas, essa ideia impacta diretamente sua função social, exigindo curadorias mais inclusivas, práticas de mediação que valorizem saberes diversos e uma reestruturação institucional que promova maior equidade no acesso à informação e à cultura. Milanese (2003) defende que a população, utilizando instrumentos legais, fiscalização, participação na administração pública, construção coletiva, entre outros, pode influenciar os rumos dessas instituições. No entanto, cabe aos governos ouvir e deliberar sobre essas ações, com o objetivo de atender às necessidades identificadas.

Segundo a IFLA (2022), a biblioteca pública é uma instituição que proporciona acesso ao conhecimento, oferecendo condições básicas para a aprendizagem, para a tomada de decisões e para o desenvolvimento cultural de indivíduos e grupos sociais. Em especial nos países em desenvolvimento, sua função é garantir o direito à educação e à participação na sociedade do conhecimento e na vida cultural da comunidade. Além disso, a biblioteca pública deve permitir o compartilhamento de conhecimentos em todas as suas formas – científico, regional, cultural, popular, dentre outros.

Nesse sentido, reforça-se que “Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, Língua ou condição social” (Ferreira, 2021, p. 58). Ou seja, a evidência da democratização do acesso à informação e da cultura, presente na biblioteca pública, demonstra o reconhecimento da existência dos diferentes modos de vidas, de saberes múltiplos, de cosmovisões que integram a sociedade.

Na pertinência em cumprir suas missões, a biblioteca pública busca por meio de suas atividades, ações de mediação da informação, serviços e produtos, gerar comunidades conscientes e informadas, capazes de resguardar memórias, retratar diversidades linguísticas e culturais de um grupo de indivíduos. Para tanto, suas missões-chave estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e para a construção de sociedades mais igualitárias, humanas e sustentáveis (IFLA, 2022). São algumas missões-chave que merecem destaque:

Preservar e promover acesso a dados, conhecimentos e tradições locais e indígenas incluindo a tradição oral, proporcionando um ambiente no qual a comunidade possa ter um papel ativo na identificação de materiais a serem coletados, preservados e compartilhados de acordo com os desejos da comunidade;

Fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural;

Promover a preservação e o acesso a expressões culturais e tradições, à apreciação das artes, ao acesso aberto a conhecimento científico, pesquisas

e inovações expostas na mídia tradicional ou em materiais digitais ou que venham ser digitalizados (IFLA, 2022, p. 3).

A análise das missões-chave e dos pilares que sustentam a biblioteca pública evidencia o papel fundamental dessa instituição na desconstrução de hegemonias ontológicas e epistêmicas. Em sua essência, a biblioteca pública tem a responsabilidade de acolher diferentes indivíduos em sua singularidade e coletividade, promovendo o desenvolvimento integral sem marginalizar ou segregar saberes e existências. Assim, sua atuação transcende a disponibilização de acervos, incidindo diretamente na efetivação dos direitos humanos por meio de ações educativas, da valorização de saberes e fazeres historicamente subalternizados e da implementação de projetos que promovam a equidade cultural e social. Nesse sentido, a mediação da informação torna-se um instrumento estratégico para transformar a biblioteca pública em um espaço de resistência e justiça cognitiva.

Conforme explica Almeida Júnior (2015), a mediação da informação pode ser compreendida como qualquer intervenção realizada por um profissional da informação em um processo dentro de ambientes informacionais. Essa interferência pode ocorrer de forma direta ou indireta, consciente ou inconsciente, individual ou coletiva, sempre com o objetivo de facilitar a apropriação da informação. No entanto, essa apropriação tende a ser parcial e temporária, uma vez que o acesso ao conhecimento pode gerar novos questionamentos e demandas informacionais, resultando em um ciclo contínuo de busca e ressignificação do saber.

Essas ações geram mudanças no indivíduo sob diferentes prismas, pois os reflexos da ação mediadora podem influenciar o comportamento, o pensamento, a atitude e a forma como o sujeito age, constrói e interfere no meio, entre outros aspectos (Alves; Côrtes, 2021; Gomes, 2019). Logo, para além de possibilitar o “encontro do usuário com a informação”, a mediação da informação não é passiva ou neutra, é uma ação de interferência, a qual “[...] é voltada para promover o acesso à informação sustentada nas lutas antirracistas, de combate às injustiças étnico-raciais e sociais” (Silva; Flecha, 2021, p. 12), portanto, capaz de favorecer o protagonismo social de grupos historicamente subalternizados.

Gomes (2019) afirma que o protagonismo se manifesta na tomada de posição e na ação em defesa do coletivo. Os protagonistas assumem a liderança, enfrentam desafios e se mobilizam pelo bem comum. Ser protagonista implica agir de forma ativa e consciente, reagindo às injustiças e enfrentando embates que impulsionam a transformação social. Nessa perspectiva, as ações de mediação empreendidas pelas bibliotecas públicas podem

fortalecer o protagonismo de grupos historicamente vulneráveis, especialmente o povo preto, legitimando seu movimento de resistência e ampliando sua representatividade diante de suas reivindicações.

Na perspectiva decolonial, o protagonismo social faz interface com a representatividade ao passo em que a mediação da informação atua como um elemento transformador na construção de narrativas emancipatórias. A representatividade, nesse contexto, não vai se limitar à presença simbólica, mas se manifestar na possibilidade de grupos historicamente marginalizados protagonizarem sua própria produção de conhecimento e autorrepresentação. Nesse sentido, a mediação consciente da informação favorece esse protagonismo ao proporcionar acesso crítico ao conhecimento e ao estimular a tomada de posição dos sujeitos sociais, possibilitando que resistam às estruturas hegemônicas e redefinam os espaços de poder e visibilidade.

Nesse contexto, enxerga-se como a mediação da informação exerce um papel determinante na difusão, discussão, promoção e conscientização dos elementos essenciais para o desenvolvimento do pensamento crítico. Suas intervenções favorecem o acesso à informação, que, entre outros aspectos, busca eliminar desigualdades, discriminações e injustiças (Lopez, 2022). Essa perspectiva é reforçada por Ribeiro e Benedito (2023), que argumentam que a mediação da informação contribui para a redução dessas desigualdades e discriminações, uma vez que suas ações, quando qualificadas e disseminadas em diferentes contextos, favorecem a apropriação do conhecimento e a transformação do comportamento humano.

Destaca-se o caráter social da ação mediadora do profissional da informação, responsável por planejar e implementar estratégias em bibliotecas públicas. Essas ações vão além do atendimento às necessidades informacionais, diferenciando-se pelo potencial transformador de projetos e práticas específicas voltadas para a sociedade. Entre essas iniciativas, podem estar o debate decolonial, a composição de acervos que valorizem os saberes afrocentrados e outras abordagens que garantam a gestão eficiente e o acesso à informação. A escolha das estratégias depende do contexto e da interação com o usuário, orientando as ações a serem empreendidas (Almeida Junior, 2015).

A busca pela preservação da memória, disseminação de informações, acessibilidade ao conhecimento, salvaguarda de acervos, deve sempre proporcionar igualdade entre os que a integram. Igualdade não no sentido de universalidade, mas de reconhecimento da importância e existência das diversidades. Diante disso, afirma-se que “A biblioteca não pode ser pensada separadamente da sociedade: ela é uma instituição

social, portanto orientada por ideologias e formas de relacionamento [...]” (Cardoso, 2015, p. 19). Nesses termos, cabe a relevância da discussão decolonial no território das bibliotecas públicas, considerando o poder que esta possui em construir uma sociedade realmente democrática e contemplativa de saberes diversos, por meio das suas ações de mediação da informação decoloniais.

4 DECOLONIZANDO SABERES EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

A contribuição de conhecimentos e saberes diversos sempre estiveram presentes nas instituições sociais como escolas, bibliotecas e universidades. A forma como é assumida essa colaboração é que vem se modificando ao longo dos anos. A aceitação desses saberes, sem a cobertura do véu ideológico, demonstra a grande perda social que foi causada por esta segregação de valores.

A leviandade e o estereótipo de que os sujeitos colonizados eram de fato indivíduos vazios, passivos e incapazes intelectualmente, denunciam a ignorância deste processo do mundo moderno colonial. Longe da passividade anterior induzida aos subalternizados, os indivíduos da atualidade têm consciência do que lhe foi (e é) negado. Tal perspectiva é explicada por Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 18), quando afirmam que “Os sujeitos coloniais que estão nas fronteiras - físicas e imaginárias - da modernidade não eram e não são seres passivos. Eles podem tanto se integrar ao desenho global das histórias locais que estão sendo forjadas como podem rejeitá-las”.

A decolonialidade discutida nesses estudos, não está na ânsia de determinar uma nova ideologia ou projeto acadêmico que obrigue a compreensão de um universalismo de conceitos e paradigmas. Ao contrário do que foi imposto pelo colonialismo e perpetuado em sua colonialidade, a decolonialidade trata de descortinar a consciência do sujeito colonizado e fixado em identidades determinadas por um *outro*.

Como demarcado por González (2020, p. 116), a influência negra, por exemplo, sempre esteve presente, nas músicas, danças, costumes, crenças etc., porém, “[...] tudo isso é encoberto pelo véu ideológico do branqueamento, é recalçado por classificações eurocêntricas do tipo cultura popular, folclore nacional etc. que minimizam a importância da contribuição negra”.

Segundo Silva (2020), negros e negras pesquisadores sempre contribuíram significativamente para a construção da ciência, mas diante do perfil e do *status* determinado como aceitável, a visibilidade destes permanece enfraquecida. Outro ponto a

ser considerado, é que: “[...] a produção de saberes considerados científicos está historicamente vinculada ao norte do globo, o qual se utiliza do domínio simbólico, do pensamento colonial e do epistemicídio [...]” (Silva, 2020, p. 74).

Na Biblioteconomia, movimentos sociais que buscam desmistificar e superar a barreira do racismo permanecem marginalizados e silenciados pela narrativa de que instituições como bibliotecas e cursos relacionados (apesar de pertencerem às áreas sociais) são espaços de praticidade, eficiência e serviços (Silva, 2020). Nesse contexto, chama-se atenção para a Biblioteconomia Social, para além de uma corrente de pensamento na área, tal domínio tem contribuído para o enfrentamento dos mecanismos sociais de segregação e atuado dando voz e espaço para grupos historicamente silenciados e marginalizados (Mallmann, 2023).

Estudos como o da bibliotecária Francilene Cardoso (2015) demonstram a carência de materiais informacionais que resgatem e preservam a memória e a história dos afro-brasileiros em acervos de bibliotecas públicas. Esse retrato foi evidenciado, também, por Tanus e Tanus (2020) em seu estudo sobre as ausências de autores e autoras negros nos acervos das bibliotecas públicas. Os autores demonstraram tanto um número restrito de títulos quanto um desequilíbrio quanto à naturalidade dessas autorias – majoritariamente do sul e sudeste (93,4%) –, destes a maioria dos títulos de autoria masculina (72,7%), cujo perfil predominante foram homens, brancos, de meia idade, com diploma de nível superior e residentes no eixo Rio-São Paulo.

Diante disso, Tanus e Tanus (2020, p. 258) afirmam que,

A diversidade da cultura brasileira não está representada nos acervos das bibliotecas públicas, e isso contribui para perpetuação de valores da “branquitude”, fenômeno, gestado pelo racismo, que naturaliza e universaliza as identidades construídas por uma ideologia de superioridade de uma raça frente as outras, que gesta justificativas para privilégios tanto simbólicos quanto materiais, que passam a ser pensados como justos, como direitos.

Nessa esteira, argumenta-se que as bibliotecas públicas, dentro deste contexto, permanecem como perpetuadoras de valores coloniais que ainda não se desvincularam de tais pensamentos, ou seja, os insumos das ações de mediação da informação privilegiarão os saberes dominantes, hegemônicos e discursos coloniais. A construção de um acervo com obras decoloniais busca promover uma mediação da informação consciente, cuja produção de sentidos e significados por parte dos usuários possibilite a reflexão crítica e a transformação do meio em que estão inseridos, estimulando a compreensão das condições

sócio-históricas que perpetuam desigualdades vividas por diferentes grupos, como pessoas trans, negras e indígenas (Souza; Blanco; Sanches Neto, 2024).

Se os acervos das bibliotecas abrigam narrativas de uma história, é responsabilidade dos profissionais que atuam nessas instituições escolher qual narrativa será mediada. Diante disso, enquanto instituição social, “a biblioteca pública se apresenta de forma insuficiente no registro e na preservação do conhecimento sobre o reconhecimento positivo da diferença que pode construir a identidade de determinados segmentos sociais” (Cardoso, 2015, p. 19).

Rabello e Almeida Júnior (2021) destacam a invisibilidade dos usuários das bibliotecas públicas como reflexo da desigualdade social. Indivíduos historicamente silenciados e marginalizados – a chamada *ralé estrutural* – são frequentemente desconsiderados nesses espaços, uma exclusão intensificada pela falta de capital econômico e cultural, que limita sua relação com a biblioteca. Mallmann (2023) reforça essa perspectiva, apontando que, embora as classes populares também construam conhecimento, elas são sistematicamente excluídas, pois a preservação do saber privilegia as elites, perpetuando o discurso hegemônico e ampliando desigualdades. Para romper com essa lógica, a biblioteca deve ser um espaço acolhedor, que vá além da exposição de acervos e legitime diferentes formas de vida, saberes e culturas.

Para Silva (2020), a transformação das bibliotecas deve começar na formação dos bibliotecários, desafiando o currículo eurocentrado e norte-americanizado que estrutura o ensino em Biblioteconomia e perpetua o racismo nesses espaços. A predominância de teorias e estudos do Norte Global na área não apenas reforça hierarquias epistêmicas, mas também exclui debates urgentes sobre diversidade étnico-racial, gênero, sexualidade e acessibilidade. A superação desse modelo exige uma reformulação curricular que incorpore epistemologias plurais, fomenta pesquisas decoloniais e prepare profissionais capazes de mediar acervos e práticas que representem a multiplicidade de saberes e vivências do século XXI.

A complexidade de se pensar na decolonialidade dentro do espaço acadêmico recorre ao risco da superficialidade a qual este projeto pode ser explorado. Se abordado de modo apenas sistematizado e não reflexivo, esta abordagem pode:

[...] se tornar apenas um projeto acadêmico que invisibiliza o locus de enunciação negro, deixando de lado sua dimensão política, isto é, seu enraizamento nas lutas políticas de resistência e reexistência das populações afrodiaspóricas e africanas, indígenas e terceiro-mundistas (Bernadino-Costa; Maldonado Torres; Grosfoguel, 2023, p. 10).

Diante do longo e conturbado trajeto até os dias atuais, a luta pela representatividade e aceitação de grupos e indivíduos diferentes daqueles determinados como “universais”, busca decolonizar hábitos, costumes, culturas, saberes etc. Na biblioteca pública, um dos caminhos pode ser a participação ativa e interferência na dinâmica dos serviços e produtos oferecidos.

A democratização do acesso e a participação da sociedade (governamental e comunitária) auxilia na desconstrução de hegemonias há tanto tempo estabelecida. “A participação é inversamente proporcional à homogeneização da sociedade uma vez que é a quebra das certezas, o convite à revisão, a alteração das trajetórias cômodas, a exigência de tomada de posições” (Milanesi, 2003, p. 220).

Cardoso (2015) aposta na tradição oral como uma das opções de inserção de saberes históricos e identitários de um povo nas bibliotecas públicas. Os saberes da cultura popular, referenciando a ancestralidade, muitas vezes repassados de geração em geração, sobrevivem da oralidade de pessoas mais velhas, líderes comunitários, *griots* etc. “Se, a partir da construção da memória é possível desvelar as tentativas de silenciamento, então é basilar o trabalho com narrativa orais que possam promover uma reflexão crítica dos indivíduos, frente a sua realidade [...]” (Cardoso, 2015, p. 84). Ou seja, o resgate e valorização da memória de um povo, grupo, nação etc. a partir da tradição oral, pode ser uma possibilidade decolonial pertinente em espaços como bibliotecas.

Particularmente, são muitos os elementos que permeiam a biblioteca pública e que podem auxiliar em uma abordagem decolonial. O profissional bibliotecário, desde a sua formação até a sua atuação nestas instituições, é um indivíduo primordial de inclusão e de reconhecimento de pluralidades que precisa contemplar. A sua atuação nas atividades de mediação na biblioteca, deve potencializar e sensibilizar os usuários para uma compreensão mais holística do mundo. Pode-se ter como ponto de partida o diálogo com as comunidades e grupos sociais onde as instituições estão inseridas; conhecer as editoras e os autores que produzam materiais decoloniais, contextualizar obras que reproduzam discursos racistas nas ações de mediação da informação no serviço de referência, excluir obras com concepções preconceituosas e estereotipadas, ofertar de obras oriundas de estratos culturais distintos, ampliar a presença de literatura afro-brasileira e negro-brasileira, dentre outras (Mallmann, 2023; Tanus; Tanus, 2020; Tanus; Souza, 2022).

As ações analisadas evidenciam a urgência de uma mediação da informação comprometida com a valorização de grupos historicamente marginalizados, desafiando a

colonialidade do saber. A promoção de acervos afrocentrados, a reformulação curricular na Biblioteconomia e o desenvolvimento de instrumentos documentários inclusivos são estratégias que não apenas garantem representatividade, mas também possibilitam a construção de novas epistemologias. No entanto, tais iniciativas só produzirão transformações efetivas se acompanhadas de uma mudança estrutural nas práticas bibliotecárias, que devem abandonar a neutralidade aparente e assumir uma postura ativa na desconstrução das hegemonias e na promoção da justiça cognitiva.

Em lugares como bibliotecas públicas, cujo desenvolvimento volta-se para atender as demandas sociais dos indivíduos, a decolonialidade estabelece uma quebra de paradigmas reais no modo de englobar e reconhecer as variadas contribuições de grupos subalternizados, como os negros, os indígenas, as mulheres etc. Diante disso, entende-se que as bibliotecas públicas atuam no sentido de suprir as necessidades de grupos que utilizam a informação em diversos contextos, de igual modo é essencial também refletir sobre e agir em relação àqueles que ainda não têm acesso a essa informação (Baptista, 2023; Duarte, 2018).

Essa perspectiva está alinhada à necessidade de desconstrução de conhecimentos hegemônicos por meio da adoção de uma postura transdisciplinar decolonial (Maldonado-Torres, 2016). Enquanto a interdisciplinaridade se caracteriza pela interação entre duas ou mais disciplinas (Fazenda, 2012), a transdisciplinaridade vai além, integrando conhecimentos para além das fronteiras disciplinares e articulando diferentes epistemologias na criação de novas abordagens conceituais e metodológicas (Meireles, 2016). Esse processo favorece a inovação e a resolução de problemáticas sociais, sendo colaborativo, transformativo, integrativo, inovador e igualitário (Breda; Swilling, 2016). Nessa perspectiva, destaca-se sua contribuição para a justiça cognitiva, pois permite o intercâmbio de conhecimentos e metodologias sem hierarquias pré-estabelecidas (Brito; Santos, 2018).

As ações de mediação em bibliotecas públicas devem ir além da simples difusão do conhecimento, assumindo um papel ativo na desconstrução das hierarquias epistêmicas impostas pela colonialidade do saber. A transdisciplinaridade decolonial, ao integrar epistemologias marginalizadas, desafia a hegemonia do pensamento ocidental e permite que esses espaços se tornem centros de resistência e reconfiguração do conhecimento. No entanto, essa abordagem exige uma revisão crítica das práticas institucionais, que muitas vezes reproduzem lógicas eurocêntricas. Sem essa transformação estrutural, as

bibliotecas correm o risco de perpetuar desigualdades, limitando seu potencial emancipatório.

O profissional bibliotecário, em suas políticas que suleiam as atividades e funcionamento das bibliotecas, precisa se utilizar deste espaço com proposições transformadoras. Decolonizar, neste contexto, representa interferir na constituição deste espaço em todos os níveis. Tal perspectiva é corroborada por Baptista (2023, p. 11), quando afirma que "O profissional bibliotecário precisa saber que trabalhar com a decolonialidade não é apenas abrir as portas das bibliotecas, mas devem ter a consciência da promoção de condições físicas e epistemológicas aos usuários."

A ausência de autoras e autores negros nos acervos das bibliotecas públicas, como alertam Tanus e Tanus (2020), compromete o acesso ao capital cultural e simbólico da cultura afro-brasileira, cuja representação é fundamental para desconstruir imagens estereotipadas e marginalizantes desses grupos. A mediação de literaturas e saberes afrocentrados nesses espaços não somente amplia o repertório cultural, mas também possibilita a construção de um imaginário que reconhece as positivities dos sujeitos negros, rompendo com discursos preconceituosos e fortalecendo sua identidade e protagonismo social.

Quanto ao acervo dessas instituições, independentemente dos conteúdos e programas sociais, científicos e culturais, é essencial reconhecer que a sociedade atual é composta por uma diversidade de indivíduos e culturas. A biblioteca, enquanto espaço social dinâmico, precisa atualizar-se e refletir essa diversidade em seus acervos. Nesse contexto, destaca-se a discussão da política de desenvolvimento de coleções do Centro Cultural de Cidadania e Economia Criativa (MACquinho), localizado no Morro do Palácio, Niterói (RJ) relatada por Souza, Blanco e Sanches Neto (2024). A política mencionada busca a inclusão de obras decoloniais, a manutenção de um acervo diversificado, a inserção de autores e produções culturais locais. Merece destaque, também, as ações empreendidas pela Biblioteca Municipal José Sarney, localizada na comunidade do Bairro de Fátima, São Luís (MA), que além de possui uma seção de literatura afro-brasileira e afro-maranhense, se engaja em ações na comunidade como a "Feira Preta", "Expo BF Preta" e promove a "Semana Bibliotecári@ Antirracista".

Reconhecer a contribuição das pesquisas sobre racismo da Grada Kilomba sob uma perspectiva científica é também reconhecer a relevância de um estudo concreto com base na psicologia, com mulheres reais e com experiências significativas. Assim como a sua capacidade em transitar nas artes, nos estudos da memória, do trauma, do gênero etc.

Intelectuais negros como Abdias do Nascimento, que ao desmistificar o “mito da democracia racial”, debate o genocídio do negro brasileiro, explicitando não somente a morte física desse sujeito, mas sobretudo o uso de medidas deliberadas e sistemáticas que vão para além da sua morte. Ao mesmo tempo, esse intelectual constrói, paralelamente, a partir do *Teatro Experimental do Negro* (1944), um espaço de educação, acolhimento, descoberta de talentos e formação cidadã e de consciência social (IPEAFRO, 2024).

Cabe ainda, a colaboração incisiva de Ailton Krenak líder indígena, ambientalista e ativista do movimento socioambiental e de defesa dos direitos indígenas. Escritor que contribui na perpetuação da memória e modo de vida do povo krenak e dos povos indígenas, apresentando e trazendo à luz alternativas de (sobre)vivência a este mundo moderno capitalista colonial (Krenak, 2019).

Levar para a biblioteca autores capazes de transitar por diferentes áreas, com vivências reais, a partir de lugares epistêmicos de cada segmento, é fundamental para um enfrentamento a esta modernidade baseada na colonialidade eurocentrada. Reconhecer a influência de Lélia Gonzalez, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Walter Mignolo, Sueli Carneiro, Anibal Quijano, Jessé Souza, Neusa Santos Souza, Nego Bispo, Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel, Francilene Cardoso, Franciéle Carneiro Garcês da Silva, entre outros, é saber da existência de um universo de conhecimentos que precisam ser compartilhados.

São inúmeros os autores que podem ser citados e que são essenciais para se pensar em decolonizar saberes e sair das amarras das epistemes tidas como únicas e verdadeiras, visto que há na composição literária afro-brasileira e negro-brasileira “[...] uma outra forma e modos de contar a cultura, a história, as raízes, as memórias, as relações sociais, a partir do ponto de vista do escritor ou escritora negra-brasileira, importantes para a constituição das identidades dos sujeitos [...]” (Tanus; Tanus, 2020, p. 259). Constata-se, então, a existência de escritores que contemplam não apenas uma visão de mundo, mas uma perspectiva de existência que vem resistindo e ressignificando seus modos de vida para resistir à modernidade.

Nesse sentido, destaca-se que a apropriação ocorre por meio da interação do usuário com a informação, que, ao ser acessada, é ressignificada a partir de seus referenciais e conjugada a novos conhecimentos. Essa interação pode ocorrer, por exemplo, com o uso dos espaços da biblioteca para a realização de performances de manifestações afrocentradas – capoeira, danças tradicionais, exposições de religiões de matriz africana, dentre outras formas de mediar a informação de base decolonial e em

suportes distintos. Silva e Flecha (2021, p. 14) chamam atenção em seu estudo para o “[...] desenvolvimento de projetos interligados à capoeira de angola voltado para ações educativa, social e inclusiva de conscientização e identitária étnico-racial, que encontra afinidade, em parte, com a proposta do “giro decolonial”.

Levar as performances dos saberes afrobrasileiros e de matriz africana converge como a compreensão do corpo como suporte vivo da memória e dos saberes ancestrais, perspectiva que fortalece um protagonismo que vai além da preservação cultural, tornando-se um ato político e de resistência nos espaços da biblioteca pública. A performance desses discursos se fundamenta na defesa da vida e na valorização dos antepassados, contrapondo-se à marginalização histórica imposta pelo pensamento hegemônico (Silva; Flecha, 2021). Nesse contexto, configura-se um movimento de “desobediência epistêmica” (Mignolo, 2008), que rompe com a predominância eurocêntrica na produção do conhecimento e desafia um sistema estruturalmente racista e excludente nos âmbitos cultural, étnico-racial e social.

Diante disso, ignorar a existência de povos e indivíduos que foram e são subalternizados, silenciados e apagados ao longo de séculos não é mais cabível na sociedade atual, sobretudo nos estudos empreendidos nos diferentes domínios no campo da Ciência da Informação, notadamente no contexto das bibliotecas públicas (Righetto; Karpinski, 2021, tradução nossa).

Recupera-se, neste ponto de discussão, a já pontuada Epistemologia Decolonial, a qual tem implicações diretas para as práticas e missões das Bibliotecas Públicas, exigindo uma reavaliação crítica de seus acervos, políticas e estratégias de mediação. Como espaços historicamente vinculados à preservação do conhecimento, as bibliotecas precisam incorporar perspectivas decoloniais para garantir maior inclusão epistêmica. Righetto e Karpinski (2021, tradução nossa) ressaltam que uma abordagem informacional decolonial deve respeitar a infodiversidade, promovendo o acesso equitativo a múltiplas formas de saber. Isso implica na valorização de narrativas periféricas, na reformulação dos sistemas de catalogação e na adoção de práticas de mediação cultural que rompam com a visão eurocêntrica do conhecimento. Além disso, Fernandes (2023) enfatiza a necessidade de políticas institucionais que garantam maior representatividade das epistemologias negras e indígenas nos acervos e atividades de formação. Assim, as bibliotecas públicas podem se consolidar como agentes ativos na descolonização da informação, promovendo a diversidade epistêmica e fortalecendo comunidades historicamente excluídas.

As ações culturais e atividades de mediação nas bibliotecas também se configuram como espaços propícios para discussões decoloniais. O caráter cultural e educativo das bibliotecas permite trabalhar temas de forma criativa e leve, o que facilita a abordagem de questões sensíveis. Através de ações culturais, é possível promover transformações significativas nos olhares conservadores, tradicionais e excludentes que ainda permeiam esses espaços. Com isso, concorda-se com Santos *et al.* (2024, p. 54) quando acentuam que quando o profissional da informação atua de forma consciente, responsável e empática, sua intervenção vai além do simples fornecimento de dados, tornando-se um processo que capacita o usuário a se apropriar criticamente da informação. Esse engajamento não apenas atende às demandas informacionais, mas também fomenta a autonomia e o protagonismo social, permitindo que os indivíduos utilizem o conhecimento como ferramenta de transformação e resistência frente às desigualdades estruturais.

Intervenções que promovam representatividade e significados reais dentro da biblioteca pública contribuem para que a instituição cumpra sua função de maneira efetiva. A mediação e a apropriação da informação são essenciais na construção de acervos decoloniais, na promoção da justiça epistêmica e na difusão de narrativas suleadas e interculturais. A mediação desempenha um papel central nesse processo, pois é por meio dela que a apropriação do conhecimento se efetiva. Sem essa apropriação, a produção de saberes críticos e transformadores é inviabilizada, comprometendo a construção do protagonismo social e a desconstrução das hierarquias coloniais que historicamente silenciaram epistemologias marginalizadas (Gomes, 2019). Ações como seminários, rodas de conversa com autores e artistas negros, indígenas e mulheres, exposições culturais, saraus e exibições de filmes temáticos fortalecem a conexão da biblioteca com grupos distintos – em especial os historicamente marginalizados e excluídos – e incentivam o protagonismo social desses sujeitos. Mais do que frequentadores desses espaços, eles se posicionam e intervêm ativamente, estabelecendo relações com o outro e com as demandas coletivas, reafirmando seu papel na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma sociedade mais igualitária exige o enfrentamento das hierarquias epistêmicas impostas pelo colonialismo, pelo racismo e pelo capitalismo. Esses sistemas não apenas marginalizaram culturas e saberes, mas também estruturaram as



práticas institucionais de espaços como as bibliotecas públicas, perpetuando exclusões e silenciamentos. Embora essas instituições tenham o papel de preservar e difundir o conhecimento, a realidade demonstra que elas ainda operam sob a lógica da colonialidade, privilegiando epistemologias dominantes e relegando saberes não hegemônicos à invisibilidade.

As evidências analisadas ao longo deste estudo apontam para a necessidade de uma ruptura com esse modelo. A ausência de autores negros e indígenas nos acervos, a predominância de produções eurocentradas e a formação biblioteconômica baseada em referenciais do Norte Global são apenas alguns dos fatores que demonstram como a biblioteca pública segue sendo um espaço de reprodução da colonialidade do saber. Movimentos sociais e pesquisas na área denunciam esse cenário, mas também propõem caminhos concretos para a transformação. A ampliação da biblioteconomia social, a reformulação curricular na formação de bibliotecários e a construção de acervos plurais são estratégias fundamentais para garantir uma mediação da informação que não apenas represente a diversidade, mas atue como ferramenta de resistência e reconfiguração epistemológica.

A interseção entre a decolonialidade e as práticas bibliotecárias não se limita à inclusão de novos conteúdos nos acervos. Trata-se de uma reestruturação profunda do papel da biblioteca pública como agente social e político. A tradição oral, por exemplo, emerge como um instrumento essencial para resgatar e preservar as memórias de povos historicamente silenciados, possibilitando que seus saberes sejam reconhecidos e transmitidos fora das lógicas tradicionais da escrita. Além disso, a apropriação dos espaços da biblioteca para performances culturais afrocentradas, como capoeira, danças tradicionais e manifestações de religiosidade de matriz africana, fortalece a compreensão do corpo como suporte vivo da memória e do conhecimento, ampliando o alcance da mediação da informação para além dos suportes convencionais.

As evidências demonstram que as bibliotecas públicas, ao ignorarem as epistemologias não hegemônicas, continuam perpetuando desigualdades e naturalizando uma visão limitada do conhecimento. Para romper com essa lógica, é urgente que esses espaços assumam um papel ativo na promoção da justiça cognitiva. Isso implica não apenas incluir produções de autores negros, indígenas e de outras minorias, mas também adotar políticas institucionais que garantam sua centralidade nas práticas biblioteconômicas. Como apontam os estudos analisados, a mediação da informação

precisa ser repensada para que bibliotecas deixem de ser reprodutoras da colonialidade e se tornem espaços de resistência e (re)existência.

Assim, a perspectiva decolonial aplicada à biblioteconomia não deve ser apenas um discurso acadêmico, mas um compromisso concreto com a transformação das bibliotecas públicas em ambientes que acolham e fortaleçam múltiplas formas de conhecimento. Ao desafiar a hegemonia epistêmica e incorporar narrativas historicamente marginalizadas, essas instituições podem não apenas cumprir seu papel social de forma mais equitativa, mas também contribuir para a construção de novas epistemologias, mais plurais, transdisciplinares, interculturais e alinhadas à diversidade cultural da sociedade brasileira.

Essa reflexão se alinha com a perspectiva da decolonização do conhecimento, ao procurar reformular o discurso tradicionalmente difundido pelas bibliotecas. Ela busca dar voz e representatividade à diversidade do povo brasileiro, rejeitando a ideia de que o discurso dominante seja o único e verdadeiro. Além disso, inclui as narrativas dos povos originários, afro-brasileiros, africanos e a produção cultural e memorial das comunidades e grupos sociais atendidos por essas instituições. Estes apontamentos decoloniais dentro da biblioteca pública tem muito a ser explorado, visto que os estudos decoloniais estão ganhando cada vez mais espaço nas discussões sociais, assim como a função das bibliotecas públicas frente a estes novos contextos informacionais e posturas sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Ed. UEL, 1997. 172 p.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

ALVES, Felipe Arthur Cordeiro; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Mediação da informação consciente e aquilombamento para um protagonismo negro no ENANCIB. **TPBCI: Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 14, 2021, p. 1-20.

AUGUSTO, Geniclébia de Oliveira; MEDEIROS, Arilene Maria Soares de. Representatividade: o que dizem os autores. In: SEMINÁRIOS REGIONAIS DA ANPAE, 8., 2021, Brasília. **Anais eletrônicos** [...]. Brasília: ANPAE, 2021. p. 1-4. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/numero8/EIXO1/E1-GENICLEBIA-DE->

OLIVEIRA-AUGUSTO-ARILENE-MARIA-SOARES-DE-MEDEIROS-.pdf. Acesso em: 28 fev. 2025.

BAMBERG, Callu Ribeiro Ferreira Pedreira e Andrade *et al.* Epistemologia Decolonial e Ciência da Informação: uma análise dos anais do ENANCIB. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, SP, v. 13, n. 2, p. 29-46, 2022.

BAPTISTA, Michele Marques. A decolonialidade no campo da biblioteconomia: A intersecção com a biblioteca universitária. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 28, n. dossiê especial, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/91389>. Acesso em: 27 ago. 2024.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 15–24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6077>. Acesso em: 30 ago. 2024.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Introdução: Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 9-26. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

BREDA, John Van; SWILLING, Mark. **Transdisciplinary research for transformation in an African context**. Stellenbosch: CST, Stellenbosch University, 2016. Disponível em: <http://markswilling.co.za/wp-content/uploads/2016/07/Coventry2.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2025.

BRITO, Larisse Miranda de; SANTOS, Georgina Gonçalves dos. Colonialidade do saber, interdisciplinaridade, interculturalidade e promoção da justiça cognitiva: elementos para um debate. In: CONGRESSO EPISTEMOLOGIAS DO SUL, 2., 2018. **Anais eletrônicos [...]** Foz do Iguaçu, PR: UNILA, 2018. p. 169-175. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/aeces/article/view/860>. Acesso em: 01 mar. 2025.

CARDONA, Natalia Duque *et al.* Pasantías internacionales en Bibliotecología y Ciencias de la Información: una oportunidad para el diálogo de saberes. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 46, n. 3, p. e351358, 2023.

CARDOSO, Francilene. **O negro na biblioteca**: mediação da informação para construção da identidade negra. Curitiba, PR: CRV, 2015.

CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020. 136 p.

DESS, Conrado. Notas sobre o conceito de representatividade. **Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas**, Florianópolis, v. 1, n. 43, p. 1-30, abr. 2022.

DUARTE, Yaciara Mendes. A sociedade da desinformação e os desafios do bibliotecário em busca da biblioteconomia social. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos;



FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Bibliotecário do século XXI: pensando o seu papel na contemporaneidade**. Brasília: Ipea, 2018. p. 67-81.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: didática e prática de ensino**. 18. ed. São Paulo: Papirus Editora, 2012. 143 p.

FERNANDES, Thiago Medeiros. Epistemologia decolonial e seus desdobramentos: desafios e possibilidades no ensino. **Em Favor de Igualdade Racial**, Rio Branco, AC, v. 6, n. 3, p. 161-174, set./dez. 2023.

FERREIRA, Maria Mary (org.). **Bibliotecas, livro e leitura: políticas públicas para pensar uma sociedade leitora e cidadã**. São Luís: EDUFMA, 2021. 600 p.

GARCEZ, Dirnele Carneiro. Decolonizando a Organização do Conhecimento:: conceitos, teorias e epistemologias de Abya Yala. **Ciência da Informação Express**, [Lavras, MG], v. 3, p. 1-3, 2022. DOI: 10.60144/v3i.2022.47. Disponível em: <https://cienciadainformacaoexpress.ufla.br/index.php/revista/article/view/47>. Acesso em: 25 maio. 2025.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 5 n. 2, p. 10-21, mar./ago. 2019.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020. p. 127-138.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na sociedade brasileira. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020. p. 75-93.

GREGGERSEN, Gabriele. Reflexões sobre a interculturalidade e a sobre a interculturalidade tradução num contexto decolonial. **Cajueiro**, Aracaju, v. 4, n. 1, p. 94-123, nov. 2022/mar. 2023.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, María del Pilar. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso: 2013. 624 p.

IFLA. **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022**. Tradução: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. São Paulo: FEBAB, 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 02 jun. 2024.

IPEAFRO. **Personalidades: Abdias Nascimento**. [Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros], 2024. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/personalidades/abdias-nascimento/>. Acesso em: 03 jul. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 248 p.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 104 p.



LOPEZ, Orledys. Contribuições da mediação da informação nas ações de Advocacy em prol da Agenda 2030: o caso do Observatorio Venezolano de Conflictividad Social. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO*, 29., 2022. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: FEBAB, 2022. p. 1-11. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2577>. Acesso em: 01 mar. 2025.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 75-97, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/CxNvQSnhxqSTf4GkQvzck9G/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2025.

MALLMANN, Patrícia Souto Pereira. Biblioteconomia social e decolonização do saber: formação e desenvolvimento de acervos de bibliotecas como prática de mediação de informação afro-brasileira e africana. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 22, n. 2, p. 13-38, dez. 2023.

MEIRELES, Rodrigo Fernandes. O desafio da transdisciplinaridade na contemporaneidade. *In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SABERES PARA UMA CIDADANIA PLANETÁRIA*, 1., 2016. **Anais eletrônicos** [...] Fortaleza: UECE, 2016. p. 1-10. Disponível em: http://uece.br/eventos/spcp/anais/trabalhos_completos/247-38269-29032016-162215.pdf. Acesso em: 01 mar. 2025.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 34, p. 1-18, 2016.

MILANESI, Luís. **A casa da invenção**: biblioteca, centro de cultura. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 272 p.

MIGUEL, Samuel Santos; SCHLÖSSER, Adriano; BEIRAS, Adriano. Revisão sistemática da literatura brasileira sobre representatividade de minorias políticas. **Quaderns de Psicologia**: International Journal of Psychology, Barcelona, v. 22, n. 1, e1526, 2020.

OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; LUCINI, Marizete. O Pensamento decolonial: conceitos para pensar uma prática de pesquisa de resistência. **Boletim Historiar**, [São Cristóvão], v. 8, n. 01, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/15456>. Acesso em: 25 maio. 2025.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. 27 p. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 02 jul. 2024.

RABELLO, Rodrigo; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Usuário de informação e ralé estrutural como não-público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em

unidades de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, n. 30, v. 4, p. 1-24, 2021.

RIBEIRO, Marcela Arantes; BENEDITO, Beatriz de Oliveira. Agenda 2030: inter-relação da mediação da informação e equidade de gênero. **Revista EDICIC**, San José (Costa Rica), v. 3, n. 1, p. 1-14, 2023.

RIGHETTO, Guilherme Goulart; KARPINSKI, Cezar For a decolonial social epistemology. **Transinformação**, Campinas, v. 33, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/5839>. Acesso em: 25 maio. 2025.

SANTOS, Andréa Karinne Albuquerque dos *et al.* Marcadores sociais e decolonialidade no contexto da mediação da informação e das práticas informacionais. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 2, p. 48-68, set. 2023/fev. 2024.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Perspectivas críticas e epistemologias negras na Biblioteconomia. In: CARDONA, Natalia Duque; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: contribuições da Colômbia e do Brasil**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 73-115.

SILVA, Rubens Alves da; FLECHA, Luis Carlos Quintino Cabral. A mediação da informação e o protagonismo de mestres da Capoeira Angola como chave no processo de promoção do giro-decolonial. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 1-25, nov. 2021.

SOUZA, Elisabete Gonçalves de; BLANCO, Letícia de Souza. SANCHES NETO, Asy Pepe. Mediação e desenvolvimento de coleções: uma perspectiva decolonial. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024. **Anais eletrônicos [...]** São Paulo: ANCIB, 2024. p. 1-17. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2560>. Acesso em: 01 mar. 2025.

TANUNS, Gustavo; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. Onde estão os autores e autras negros? a literatura afro-brasileira nos acervos das bibliotecas públicas brasileiras. **Diacrítica – Revista do Centro de Estudos Humanísticos**, Braga, v. 34, n. 2, p. 249-263, 2020. Disponível em: <https://revistas.uminho.pt/index.php/diacritica/article/view/4996>. Acesso em: 25 mai. 2025.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; SOUZA, Gustavo Tanus Cesário de. Decolonizando os acervos das bibliotecas públicas: formação de coleções de literatura afro-brasileira. **Palabra Clave**, La Plata, v. 12, n. 1, e170, oct./marzo 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350572237002>. Acesso em: 25 maio 2025.

NOTAS

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: A. C. C. Mendes, M. J. M. Costa, K. D. G. Cutrim

Coleta de dados: A. C. C. Mendes, M. J. M. Costa, K. D. G. Cutrim

Análise de dados: A. C. C. Mendes, M. J. M. Costa, K. D. G. Cutrim

Discussão dos resultados: A. C. C. Mendes, M. J. M. Costa, K. D. G. Cutrim

Revisão e aprovação: A. C. C. Mendes, M. J. M. Costa, K. D. G. Cutrim

FINANCIAMENTO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Encontros Bibli** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Edgar Bisset Alvarez, Patrícia Neubert, Genilson Geraldo, Camila de Azevedo Gibbon, Jônatas Edison da Silva, Luan Soares Silva, Marcela Reinhardt de Souza e Daniela Capri.

HISTÓRICO

Recebido em: 31-08-2024 – Aprovado em: 28-05-2025 – Publicado em: 27-06-2025

